

elencado, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir da mesma data, ficando o mesmo integrado na categoria de assistente da carreira dos técnicos superiores de saúde, ramo de laboratório:

Número de Identificação Fiscal — Nome — Nível Remuneratório — Remuneração Base  
170017885 — José António Rebelo Costa Grossinho — entre 23 e 24 — 1.623,22€

18 de junho de 2012. — A Diretora de Gestão de Recursos Humanos, *Paula Caires da Luz*.

206209811

### Contrato (extrato) n.º 388/2012

#### Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos e para os efeitos da alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que ao primeiro dia do mês de junho de 2012, entre o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, representado pelo Presidente do Conselho Diretivo, Prof. Doutor José Pereira Miguel e a trabalhadora a seguir elencada, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir da mesma data, ficando a mesma integrada na categoria de assistente da carreira dos técnicos superiores de saúde, ramo de genética:

Sónia Isabel Vicente Pedro, com o número de identificação fiscal 205810470, nível remuneratório entre 23 e 24 e a remuneração base de 1.623,22 €

18 de junho de 2012. — A Diretora de Gestão de Recursos Humanos, *Paula Caires da Luz*.

206210815

### Despacho (extrato) n.º 8813/2012

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 35.º da Secção II do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, faz-se pública a deliberação final do júri, devidamente homologada por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I. P., de 16 de maio de 2012, das provas de habilitação para o exercício de funções de coordenação científica, na área das doenças infecciosas, da carreira de investigação científica.

José Manuel Alves Correia da Costa — Aprovado

26 de junho de 2012. — O Presidente do INSA, I. P., *Prof. Doutor José Manuel Domingos Pereira Miguel*.

206210394

### Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

#### Despacho n.º 8814/2012

1 — Por meu despacho de 29 de maio de 2012, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de abril, e dada a vacatura do lugar, é nomeado, em regime de substituição, no cargo de Diretor de Serviços de Monitorização e Informação, cargo de direção intermédia de 1.º grau, o licenciado Mário Manuel Ferreira de Castro. O nomeado reúne os requisitos legais para o provimento do cargo, tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da sinopse curricular, em anexo.

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004 acima referida, o nomeado é autorizado a optar pelo vencimento que auferir no lugar de origem, correspondente à categoria de assistente graduado sénior da carreira especial médica, área de saúde pública.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 29 de maio de 2012.

19 de junho de 2012. — O Diretor-Geral, *João Castel-Branco Goulão*.

#### Sinopse curricular

Mário Manuel Ferreira de Castro

Habilitações Académicas

Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Especialista em Saúde Pública.

Especialista em Medicina do Trabalho.

Categoria na Função Pública

Assistente Graduado Sénior da Carreira Médica de Saúde Pública

Cargos Dirigentes

Diretor do Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais do Instituto da Droga e Toxicod dependência, I. P. desde 1 de março de 2008 até 28 de maio de 2012

Adjunto do Coordenador do Centro Regional de Saúde Pública de Lisboa e Vale do Tejo desde fevereiro de 2001 até maio de 2007.

Chefe da Divisão de Saúde Pública da Sub-Região de Saúde de Lisboa desde junho de 1999 até fevereiro de 2001.

Outras Funções na Administração Pública

Delegado Regional de Saúde Adjunto de Lisboa e Vale do Tejo desde dezembro de 2000 até maio de 2007.

Delegado Regional de Saúde Adjunto para a Sub-Região de Saúde de Lisboa de julho de 1999 até dezembro de 2000.

Autoridade de Saúde da EXPO 1998.

Presidente da Junta Médica Regional de Avaliação da Aptidão de Condutores de Veículos Automóveis de maio de 1997 a dezembro de 2000.

Coordenador dos Setores de Saúde Ocupacional dos Centros de Saúde da Sub-Região de Saúde de Lisboa de março de 1995 a junho de 1999.

Delegado Efetivo à Junta Médica Sub-Regional de Lisboa, de Avaliação de Incapacidade para Deficientes Cívicos de janeiro de 1994 a outubro de 2000.

Responsável pela equipa de Saúde do Ambiente da Sub-Região de Saúde de Lisboa de julho de 1994 a janeiro de 1996.

Autoridade de Saúde do Concelho de Lisboa de julho de 1991 a julho de 1999.

Outras Atividades

Na qualidade de responsável de serviços de saúde, tem tido a preocupação de organizar reuniões científicas, congressos e seminários versando temáticas de interesse para a Saúde Pública.

Coordenação e participação em grupos de trabalho no âmbito da elaboração, desenvolvimento e avaliação de documentos estratégicos e estruturantes das atividades dos serviços de saúde.

Autoria e coautoría de vários trabalhos de investigação e de artigos científicos.

Participação em júris de concursos de pessoal.

Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.

Formação Profissional

Frequência de ações de formação profissional nas áreas do planeamento e gestão, qualidade dos serviços, formação de formadores, saúde ocupacional e ambiental e informática.

206211439

#### Despacho n.º 8815/2012

1 — Por meu despacho de 29 de maio de 2012, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de abril, e dada a vacatura do lugar, é nomeada, em regime de substituição, no cargo de Diretor de Serviços de Planeamento e Intervenção, cargo de direção intermédia de 1.º grau, a mestre Maria da Graça de Figueiredo Vilar. A nomeada reúne os requisitos legais para o provimento do cargo, tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da sinopse curricular, em anexo.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 29 de maio de 2012.

19 de junho de 2012. — O Diretor-Geral, *João Castel-Branco Goulão*.

#### Sinopse curricular

Maria da Graça de Figueiredo Vilar

Nascida a 14 de dezembro de 1961 em Alcabideche, Cascais. Nacionalidade Portuguesa.

Graus académicos e de diferenciação profissional:

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, do INA, Instituto Nacional de Administração, I. P. (com aproveita-

mento — 16,4 valores), com a duração de 190 horas. Mestre em Medicina Legal e Ciências Forenses («aprovada com Muito Bom por Unanimidade»). Assistente Graduada de Psiquiatria das Carreiras Médicas Hospitalares, do quadro do Instituto da Droga e da Toxicodependência, IDT, I. P. Especialização em Psiquiatria no Hospital Júlio de Matos (18,7 valores, 1995). Curso de Formação da Sociedade Portuguesa de Grupanálise (1997-2000). Licenciada em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, da Universidade Nova de Lisboa (14 valores, Bom, 1987).

#### Cargos Dirigentes

Diretora do Departamento de Tratamento e Reinserção dos Serviços Centrais do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. desde 3 de junho de 2011.

#### Outros Cargos

Diretora Clínica Nacional do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. desde 3 de junho de 2011. Coordenadora da Subcomissão Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos, Tratamento e Reinserção. Perita Nacional do IDT, I. P. no âmbito do indicador epidemiológico chave do Treatment Demand key Indicator (TDI) e do Drug Related Infectious Diseases (DRID), do Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência. Coordenadora Nacional para o Projeto Técnico da Atividade 3.4.4 COPOLAD — “Estudo para a Definição de Critérios de Acreditação de Programas da Redução da Procura”, (programa de cooperação entre a América Latina e a União Europeia em política sobre drogas)

Membro Representante do IDT, I. P., no Conselho Nacional de Saúde Mental desde janeiro de 2012. Membro Representante do IDT, I. P., no Conselho Nacional Antidopagem desde 2009. Perita Externa integrada em Grupos de Trabalho, para a elaboração de Normas, no âmbito da Prescrição Laboratorial do Teste de Anticorpos Antivírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e da Prescrição para o Estudo Laboratorial da Infecção pelo vírus ad Hepatite C, na Direção Geral de Saúde (DGS)

#### Atividade profissional

Médica Psiquiatra Graduada responsável pela coordenação do Serviço de internamento da Unidade de Desabilitação — Centro das Taipas, de 2004 até maio de 2011. Médica Psiquiatra responsável pela Escala dos Médicos do Serviço de Prevenção da UD — Centro das Taipas, de 2000 até abril de 2011. Interlocutora Local para o acompanhamento dos Programas de Substituição em Baixo Limiar de Exigência, na cidade de Lisboa, em 2009 e 2010. Médica Psiquiatra Graduada no Centro Hospitalar de Lisboa, Zona Central, em acumulação de funções desde 2001 até maio de 2011, responsável pela atividade de Psiquiatria de Ligação de diversos serviços do Hospital São José. Médica Psiquiatra com atividades de consultoria/clínicas de Psiquiatria do Serviço de Saúde Ocupacional do Hospital de São José, de 2002 até maio de 2011.

#### Atividade Docência

Docente, desde 1995 até ao presente, como professora auxiliar convidada, de aulas teórico-práticas da disciplina Psicofarmacologia, do Curso de Psicologia, Aconselhamento e Psicoterapia, 1.º e 2.º Ciclo, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

#### Projetos de Investigação

Participação em protocolos e atividades de investigação na área de intervenção do tratamento da dependência de opiáceos. Desenvolvimento de trabalho de investigação sobre «Processos de tomada de decisão em toxicodependentes de carreira face a comportamentos delinquentes (Liberdade/Determinismo comportamental)», que conduziu à sua dissertação original no âmbito do Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses. Membro do Grupo de estudo Neuropsicológico de doentes com esclerose múltipla, do Serviço de Neurologia, do Hospital de São José (2003). Membro do Grupo de Estudo de competências sociais em doentes psiquiátricos, do Hospital Júlio de Matos (1994 a 2005)

#### Outras Atividades

Formadora em sessões e cursos científicos e participação regular no planeamento e desenvolvimento de diversas ações formativas, no domínio das substâncias de abuso e das dependências e em temas de psiquiatria geral. Responsável pela formação dos Internos do Internato Complementar de Psiquiatria e de Pedopsiquiatria e dos Estagiários profissionais de Psicologia no Serviço de Internamento da Unidade de Desabilitação — Centro das Taipas. Membro da Redação da Revista de Psiquiatria do Hospital Júlio de Matos, de 1994 a 1997. Participação como membro efetivo de júris de concursos médicos — Avaliação Final do Internato Médico de Psiquiatria.

#### Trabalhos publicados e comunicações:

Autora e coautora de trabalhos científicos publicados em revistas nacionais. Participação regular como preletora em reuniões científicas nacionais e internacionais. Mais de 80 comunicações proferidas em reuniões científicas na área das dependências e da psiquiatria geral.

Associações e Sociedades Científicas: Membro do Colégio de Especialidade de Psiquiatria da Ordem dos Médicos. Sócia fundadora da Sociedade Portuguesa de Psicossomática. Sócia fundadora da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental. Sócia Candidata da Sociedade Portuguesa de Grupanálise. Fundadora e Membro da Direção (vice-presidente) da Associação Portuguesa de Adictologia — Associação Portuguesa para o Estudo das Drogas e das Dependências.

206210442

#### Despacho n.º 8816/2012

Tendo sido publicada a orgânica do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), bem como o diploma que determinou a estrutura nuclear dos serviços, o número máximo de unidades flexíveis e matriciais e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares, importa, agora, proceder à criação das referidas unidades flexíveis e matriciais.

Assim, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, dos n.ºs 5 do artigo 21.º e n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 57/2011, de 28 novembro, pelo Decreto-Lei n.º 116/2011, de 05 de dezembro, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e dos n.ºs 4 e 5 da Portaria n.º 154/2012, de 22 de maio, determino a criação das unidades orgânicas flexíveis e da estrutura matricial:

1 — Na Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI) são criadas as seguintes divisões:

- a) Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT);
- b) Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC).

1.1 — À DIT é atribuído o exercício das competências designadas nas alíneas a), b), c), d), e), f), h), i) e j) do artigo 2.º da Portaria do SICAD:

a) Desenvolver as metodologias, requisitos e normas de atuação, de modo a garantir a qualidade da intervenção terapêutica, participando no planeamento, na monitorização e na avaliação dos programas de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;

b) Participar no planeamento e no desenvolvimento da intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, em articulação com as ARS, IP, através de uma rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas, e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência, ou dos consumos de substâncias psicoativas;

c) Desenvolver atividades de promoção do planeamento e coordenação, orientados para a definição das políticas no âmbito das intervenções de reinserção social e do tratamento dos comportamentos aditivos e das dependências, nos diferentes contextos;

d) Realizar estudos diagnósticos de identificação das necessidades de intervenção, de âmbito nacional, estabelecendo as prioridades e o tipo de intervenção nas áreas do tratamento e da reinserção e desenvolver metodologias e instrumentos facilitadores da planificação;

e) Apoiar a coordenação das atividades realizadas pelas entidades responsáveis pela operacionalização das políticas de intervenção, ao nível da reinserção social e do tratamento;

f) Definir as linhas de orientação técnica e normativa, para a intervenção no tratamento, reinserção e redução de riscos e minimização de danos, baseadas na evidência científica;

g) Definir os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área das dependências e comportamentos aditivos;

h) Definir as componentes e procedimentos técnicos das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no domínio dos consumos de substâncias psicoativas, das dependências e dos comportamentos aditivos;

i) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.